



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO GESTOR DO IPAM

ATA Nº 12/2009

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e nove, às oito horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório do IPAM, em Reunião Extraordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Gestor do IPAM-Saúde: Carlos Alberto Rodrigues Machado, José Marly dos Santos Brando, Eliane Silvestrin Saretta, Paulo Roberto Andrade dos Santos, Gustavo Valente Ruivo, João Dorlan da Silva, **Conselheiros titulares juntamente com os** Conselheiros suplentes: José Carlos Matos e o Sr. Pedro Vanzin Filho. Foi convidado para participar da reunião, o Sr. Osvaldo Cardoso de Siqueira, Diretor Administrativo do IPAM-Saúde. A reunião foi iniciada pelo Presidente do Conselho Gestor, Sr. Brando, informando a pauta da reunião: 1º. Leitura e assinatura da Ata nº. 09 e da Resolução nº. 01/2009. 2º. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Após ele menciona que em termos de gestão do IPAM existiam algumas situações que não fechavam muito em termos de gestão. Acrescenta que durante o período da Comissão Paritária tinha um problema onde 50% (cinquenta) estavam relacionadas à gestão e os outros 50% (cinquenta) aos credenciados. Salaria que com a entrada do Sr. Carlos, Presidente do IPAM, acredita que ele deverá viabilizar algumas questões que estavam sendo pleiteadas, principalmente nesta área de gestão porque não adianta avançarmos na Lei 298 se não conseguirmos o mesmo com algumas questões internas. Após a leitura e a assinatura da Ata e da Resolução, o Conselheiro Brando comenta que: 1º. O Conselheiro Dorlan traz um ponto muito importante a ser trabalhado pelo Conselho Gestor, que são os termos do Regimento Interno. 2º. Lembra aos presentes que no dia 02 de junho temos a reunião conjunta com o Conselho Fiscal e o Sr. Fardin. 3º. Está agendada para o dia 09 de junho a reunião para a apresentação da proposta da UNIMED. 4º. O pedido de informação sobre a situação dos Cargos em Comissão também é um assunto importante que deve ser colocado em pauta. 5º. A situação dos exonerados que teremos que ver como será efetivado o desconto. Para o Conselheiro Paulo faltam alguns itens a serem elencados: 1º. O cadastro de todos os servidores, que era até 180 (cento e oitenta) dias após a lei entrar em vigor. 2º. A situação apresentada pela Sra. Cristiane, Responsável pelo Cadastro, das pessoas que estão utilizando a carteira sem ter mais direito. Sobre este assunto salienta que enquanto não for implantado e melhorado o sistema de informática do Instituto não adiantará discutir a questão. 3º. Concorde que temos que ver a questão da UNIMED e do Regimento Interno, mas temos que ver sobre o recadastramento, pois a Lei diz que o cadastro deveria ter sido realizado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias e, a esse respeito comenta que já se passou um ano. A Conselheira Eliane ponderou que não adianta cadastrar enquanto o sistema de informática não for aperfeiçoado. O Presidente do IPAM, Sr. Carlos, comenta que não adianta empregar o Conselho Gestor com apenas cinco meses de gestão. O Conselheiro Brando explica que a angústia que ele tem é a mesma de todos os Conselheiros, e pontua que algumas situações estão sendo colocadas em evidência por serem temas de relevância na rotina de trabalho do Instituto. Para o Conselheiro Paulo a primeira coisa a ser feita é trabalhar o cadastro, pois nem temos conhecimento de quantos segurados estão cadastrados, hoje, no plano com exatidão. Foi sugerido pela Conselheira Eliane que seja conversado com o Sra. Cristiane, responsável pelo Setor de Cadastro, para averiguar o que é necessário aperfeiçoar dentro do setor para a realização do cadastramento. O Conselheiro Gustavo comenta que todos os presentes sabem há muito tempo do problema enfrentado dentro do Instituto, no que se refere ao sistema de informática, mas salienta que o Sr. Osvaldo comentou no início do ano que está sendo realizado melhorias e gostaria de saber como estão. A Conselheira Eliane informa que houve um contato com a UNIMED para saber como funcionava o sistema deles dentro dos consultórios e que, não foi falado de fazer um recadastramento com este programa. Ela informa que foi visto para agilizar o

ATA 21/11



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

trabalho que é realizado pelo Setor de Contas do Instituto, com o intuito de minimizar os erros que por ventura possa ocorrer devido os servidores digitarem manualmente de doze a quinze mil ordens por mês. Para ela se tentarmos fazer tudo ao mesmo tempo teremos problemas. Para o Conselheiro Pedro existe uma questão que precede a estamos discutindo. Deveríamos saber como os outros planos realizam o controle para tentarmos evitar erros. A Conselheira Eliane questiona o Sr. Osvaldo como está a situação da informática. O Sr. Osvaldo informa que foi solicitado para a empresa Di Uno, responsável pelo setor de informática da Prefeitura, que elaborasse um sistema para o IPAM porque, hoje, o Instituto trabalha com 08 (oito) softwares que não estão integrados. Menciona que o objetivo é a integração destes sistemas e reforça que quando tiver integrado os dados será licitado um software, que é o mesmo que trabalha a UNIMED e o Circulo Operário Caxiense. Pontua que antes desta integração não existe nada que possa ser feito porque seria jogar dinheiro fora. A Conselheira Eliane questiona sobre a migração dos dados da CS para a Di Uno. O Sr. Osvaldo responde que a parte da Di Uno está pronta. Ele comenta que no futuro a intenção é trabalhar com o sistema de processamento da Prefeitura, porque não justifica manter aqui uma estrutura, pois é muito cara. Enfatiza que a Prefeitura de Caxias tem um CPD que é um dos mais modernos do Estado. O Sr. Pedro argumenta que o comentário que existe dentro da Secretaria da Saúde é de que o sistema está dando problemas e que, em função destes problemas eles não estão conseguindo atender determinadas situações dentro da Secretaria e que isto está influenciando na Fundação Nacional da Saúde, no Rio de Janeiro. O Sr. Osvaldo esclarece que a maioria dos softwares utilizados pela Secretaria são fornecidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde e, que esse é o problema. Por isso considera importante trabalhar com o sistema único e que, a Secretaria da Saúde é obrigada a trabalhar com este sistema que não é o da Prefeitura. Acrescenta que num primeiro momento o importante é fazer o sistema rodar. Menciona que o IPAM fará suas informações numa “aba” criada no sistema da Prefeitura. Menciona o problema que está acontecendo referente a cobrança das diferenças em contracheque. O Conselheiro Gustavo questiona do que são as diferenças mencionadas. O Sr. Osvaldo comenta que são referentes à contribuição para o IPAM, tanto do plano familiar quanto do plano individual. O Conselheiro Dorlan comenta que estão sendo descontados valores indevidos dos servidores e que, apenas alguns detectam estes descontos. Isto se refere a serviços não realizados. O Sr. Osvaldo cita que, hoje, a sistemática existente é que o servidor vai até o consultório do profissional e ele preenche as ordens e envia para o Instituto. O Conselheiro Paulo menciona que o IPAM está cobrando parcelas de financiamentos que já estão totalmente pagos. E questiona se este dinheiro ficou com o IPAM. O Sr. Osvaldo menciona que é a primeira vez que ouve falar de uma situação destas. Reforça que este valor deve ser nas reposições porque o sistema, no caso dos financiamentos, funciona. A esse respeito à Conselheira Eliane comenta que vai ser aberto processo individual para que sejam realizados esclarecimentos oficiais para os associados que apresentarem dúvidas sobre os descontos. O Conselheiro Pedro relata sua indignação pelo fato do IPAM perder tempo esclarecendo estas situações. Acrescenta que não se conforma com isso e que não gostaria de estar no lugar das pessoas que terão que perder tempo para atender a esta demanda. O Sr. Osvaldo comenta que isto é um retrabalho em todas as pontas devido a envolver vários setores do Instituto. Ele acredita que depois de um ou dois meses que conseguirmos rodar de forma integrada o sistema os problemas diminuirão. Ressalta que vamos ter problemas com certeza, mas que irá diminuir a incidência. Reforça que a previsão da integração é que até o final do ano esteja concluído. Foi reforçado pelo Conselheiro Gustavo que esse problema referente à deficiência tecnológica dentro do IPAM é espantoso, muito antigo e grave e isso gera uma angústia muito grande. O Sr. Osvaldo entende que, se não construirmos bons alicerces estaremos jogando dinheiro fora. Em sua opinião, temos que em primeiro lugar arrumar a base, criando uma única entrada, para somente depois renegociar o contrato com a Empresa Agenda. Informa também que o software que está sendo licitado é o mesmo utilizado pela UNIMED e pelo Circulo Operário Caxiense. O Conselheiro José Carlos lembra os Conselheiros que o Instituto tem mais de trinta anos e que enquanto Conselheiros temos que ter muito cuidado para errar o quanto menos possível. Repete o que já falou em

VH 211A



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

outras reuniões que estamos levando o IPAM na força e na coragem de alguns funcionários e que, até pouco tempo atrás de forma amadora e agora é que está se tentando ver e tirar a sujeira que foi empurrada para debaixo do tapete. Reforça que o básico está sendo feito agora. Salaria que temos que ter o cuidado de informar melhor os nossos servidores e que, estamos pagando muito caro pelo Informe IPAM que deveria ser mais informativo. No que se refere ao Fardin acredita que nosso cálculo atuarial é fictício. O Conselheiro Paulo concorda que o Informe IPAM deveria ter mais informação e menos propaganda. Foi sugerido pelo Conselheiro José Carlos que seja esmiuçado o Regimento Interno pelos Conselheiros e as sugestões sejam enviadas por e-mail para ganhar tempo nas reuniões, diminuindo o tempo de discussão. Solicita que sejam colocadas na pauta para discussão as remoções e os serviços próprios do IPAM. Outro aspecto levantado pelo Conselheiro Paulo se refere ao fato de que ele está há muitos anos envolvido nos Conselhos e, comenta que sempre foi proibido falar no assunto informática. Para ele este tópico deve ser colocado como prioridade. Em relação ao Regimento Interno ele demonstra preocupação que a espinha dorsal seja o do Conselho Deliberativo do FAPS. Foi esclarecido que é uma base para ser trabalhada onde cada Conselheiro dará suas sugestões e não que deverá ser igual. O Sr. Pedro menciona que, em relação ao Informe IPAM, acredita que deveria ser utilizado um papel mais barato e ser menos assustador para o associado e mais informativo. Ele comenta que temos um sério problema para implantar todo o sistema (software, equipamentos, instalação, programas, manutenção), mas ressalta que o mais importante e preocupante é a manutenção do mesmo porque em muitas situações o que encarece e muito é o valor gasto com a manutenção. Faz um apelo para que o setor de informática não fique na mão de uma única pessoa porque se ela se ausentar o serviço irá parar. O Sr. Osvaldo tranquiliza os Conselheiros informando que a idéia é justamente essa, não ter a manutenção porque esta parte ficará por conta da Prefeitura. Menciona que para criar toda a estrutura necessária, ou seja, as abas dentro do sistema que existe, para que o IPAM utilize terá um custo mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por mês e a implantação do sistema custará R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Salaria que em contra partida deixaremos de pagar empresas que, hoje, não estão dando o retorno necessário. Sendo a idéia principal minimizar os custos do IPAM. O Conselheiro Dorlan enfatiza que continuará insistindo que as coisas andem dentro do que foi sugerido pela Comissão Paritária. Salaria que alguns pontos já estão sendo discutidos como, os cargos em comissão, as remoções, a informática. No entanto existem questões que necessitam de uma maior atenção que são: os hospitais, as clínicas e os laboratórios. Ele reforça que estas são as maiores contas do plano. Além de saber como anda a situação da controladoria ou auditoria médica e de que forma iremos trabalhar isso. Tendo em vista que, no seu entendimento, o Instituto perde muito dinheiro por não ter um controle adequado. O Sr. Osvaldo começa a falar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ele explica que estão propondo um organograma para o Instituto porque não existe, hoje, um que esteja funcionando. Salaria que é uma proposta que poderá ter alterações. O Sr. Osvaldo esclarece que a estrutura está sendo bem dividida, IPAM e FAPS, porque estão criando setores que não existem hoje ou não tem nenhum responsável. Esta situação acaba concentrando tudo num mesmo lugar. Menciona que, hoje, há nove Funções Gratificadas dentro do Instituto e a proposta é a reestruturação das mesmas e a criação de mais 05 (cinco). Informa aos presentes qual o custo que os serviços próprios representam e que, em sua opinião, caso o Conselho decida que estes serviços sejam terceirizados o plano arcará com um acréscimo muito elevado nos gastos. Sendo que o valor pago, para os serviços próprios, na área médica é de R\$ 21,14 (vinte e um reais e quatorze centavos) e, na área odontológica é de R\$ 17,88 (dezessete reais e oitenta e oito centavos), por procedimento. Ele lembra aos Conselheiros que, no caso das consultas, o IPAM tem um custo de R\$ 21,00 (vinte e um) reais mais a co-participação do servidor. Este levantamento está anexo. O Conselheiro Gustavo questiona se neste valor está incluso instalações e mão-de-obra. O Sr. Osvaldo responde que instalações não porque não tem como codificar o quanto foi gasto naquele andar. Neste valor estão inclusos salários, equipamentos, medicamentos, enfim tudo o que foi utilizado no ano de 2008. O Conselheiro Dorlan considera que: em primeiro lugar o Conselho não discutiu esta proposta. Em segundo lugar os dados não

19/11/11



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

foram apresentados e, sem acesso as informações é impossível decidir. Acrescenta que o Conselho já discutiu muitas questões e, no entanto o acesso às informações sempre foi negado. Foi esclarecido pelo Sr. Osvaldo que as informações solicitadas, em 30 (trinta) de abril, sobre os custos dos serviços próprios do Instituto foram entregues no dia 27 (vinte e sete) de maio para o Presidente do Conselho Gestor. O Conselheiro Brando explica que o mesmo não foi apresentado porque não houve tempo hábil entre a última reunião que ocorre em 27 (vinte e sete) de maio e esta, dia 29 (vinte e nove) de maio. O Sr. Pedro demonstra preocupação no que se refere à criação de cargos efetivos para os médicos, porque, hoje, a prefeitura tem dificuldade para que a carga horária seja cumprida e questiona como será dentro do Instituto e, se teremos controle sobre estes profissionais. O Sr. Osvaldo comenta que os Cargos em Comissão que trabalham dentro do IPAM estão cumprindo horário. O Conselheiro Gustavo questiona qual será o impacto financeiro para substituir os cargos em comissão por servidores efetivos. O Sr. Osvaldo esclarece que o custo será mínimo. Aumentará em média R\$ 1,00 (um real) por consulta se subir. O Conselheiro Gustavo pontua que ouviu, em outra época, que existia um esgotamento do serviço ou a impossibilidade de ampliação. Em resumo, era dito que no Instituto havia um limite físico e que seria necessário um investimento para melhorar o serviço. Na época foi dito que para aumentar o serviço médico era preciso ampliar o ambulatório que iria gerar um custo considerável. O Conselheiro Paulo lembra que nesta época foi comentado que na área da ginecologia existia uma maca que não poderia ser montada por falta de espaço. Além de que o Instituto precisaria de mais espaço físico para colocar este setor. O Sr. Osvaldo esclarece que quando a informática estiver funcionando a contento isto irá diminuir espaços. Cita como exemplo, o Setor de Contas que teoricamente irá sumir tendo em vista que hoje os servidores que lá trabalham passam o dia digitando as faturas e a ideia é que quando o usuário passar sua carteira nos locais credenciados este débito entre direto sem a necessidade de digitação dentro do IPAM. O Sr. Osvaldo acrescenta que futuramente será necessária a ampliação da área médica. O Sr. Paulo considera interessante que o Instituto amplie este serviço com o objetivo de diminuir o número de atendimentos fora. Foi sugerido pela Conselheira Eliane que antes de o usuário procurar um especialista deveria existir uma triagem dentro do Instituto para averiguar se existe a necessidade deste atendimento ou deverá ser encaminhado para outra área. O Sr. Osvaldo reforça que futuramente serão necessárias mudanças, mas que hoje devemos trabalhar com as prioridades. E, hoje, a prioridade é a informática. O Sr. Pedro questiona se não é mais vantagem terceirizar os serviços do ambulatório, pois sabe que alguns procedimentos não são realizados aqui, devido a complexidade, sendo necessário o encaminhamento para a UNIMED, por exemplo. Além de que sabe que existem outras prefeituras que terceirizaram o serviço. Na opinião do Sr. Osvaldo para terceirizar este serviço acabaremos aumentando nossos gastos. O Conselheiro José Carlos questiona o Conselheiro Dorian sobre quais os dados que a Comissão Paritária tinha para sugerir a terceirização deste serviço. O Conselheiro Dorian esclarece que a sugestão foi elaborada em cima dos dados que foram apresentados para a Comissão e em função de que foi informado de que lá fora teria um atendimento de melhor qualidade com um custo mais reduzido. O Conselheiro Paulo acrescenta que um dos dados que levaram a esta sugestão foi de que o número de atendimentos era reduzido e o custo da manutenção muito caro. O levantamento apresentado pelo Sr. Osvaldo demonstra que o número de atendimentos realizados no ambulatório do Instituto é em média 48 (quarenta e oito) por dia. O Sr. Pedro informa que no atendimento realizado pela Emercor é cobrado por procedimento e que eles não fornecem o material utilizado. Foi reforçado pelo Conselheiro Gustavo que o serviço próprio sempre é mais barato. O Sr. Osvaldo comenta que para terceirizar os serviços médicos e odontológicos serão necessários equipes de triagem e este custo será alto para manutenção do mesmo. O Sr. Pedro menciona que, se o Instituto pretende ampliar os serviços realizando no Ambulatório os procedimentos de baixa e/ou média complexidade, é preciso ficar atento ao que a Vigilância Sanitária determina. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

14/04/21